



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR**

Ofício Circular n.º 090/2010-CJCI

Belém, 07 de maio de 2010.

Processo n.º 2010.7.003358-0

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Juiz(a) de Direito da Comarca de .

Senhor(a) Juiz(a),

Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup>, para conhecimento e o devido cumprimento, cópia do Ato Normativo n.º 000826-07.2010.2.00.0000, bem como do expediente anexo, oriundos do Conselho Nacional de Justiça.

Atenciosamente,

  
Des.<sup>a</sup> **MARIA RITA LIMA XAVIER**  
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



## *Conselho Nacional de Justiça*

Ato Normativo nº 000826-07.2010.2.00.0000

### DESPACHO

Intimem-se o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior Eleitoral, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Tribunais de Justiça, os Tribunais de Justiça Militar, as Corregedorias Gerais de Justiça Federal, as Corregedorias Gerais da Justiça Eleitoral, as Corregedorias Gerais de Justiça e as Corregedorias Gerais da Justiça Militar para ciência da Emenda n. 1 à Resolução n. 44 do Conselho Nacional de Justiça, aprovada na 98ª Sessão Ordinária e, após, archive-se.

Brasília, 03 de maio de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cezar Peluso', written over a horizontal line.

Ministro Cezar Peluso  
Presidente



## *Conselho Nacional de Justiça*

### **EMENDA N.º 1 À RESOLUÇÃO CNJ N.º 44**

Altera os artigos 2.º, parágrafo único; 3.º, § 1º, inciso II, § 2º; 5.º e 7.º da Resolução CNJ n. 44, que dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o que foi decidido pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000;

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º Os artigos 2.º, parágrafo único; 3.º, § 1º, inciso II, § 2º; 5.º e 7.º da Resolução n.º 44/2007 passam a vigorar com as seguintes redações:

*Art. 2.º A supervisão do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa compete ao Conselho Nacional de Justiça e a gestão do banco de dados à Corregedoria Nacional de Justiça.*

*Parágrafo único. A Corregedoria Nacional de Justiça exercerá o acompanhamento administrativo do cumprimento da presente Resolução, com o auxílio das corregedorias locais.*

*Art. 3.º(...)*

*§ 1.º O cadastro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:*

*I - qualificação do condenado;*

*II - dados processuais relevantes;*

*III - informações sobre perda da função pública e suspensão dos direitos políticos;*

*IV - informação sobre a aplicação de multa civil;*

*V - informações sobre pessoas físicas e jurídicas proibidas de contratar e receber incentivos fiscais e creditícios do Poder Público.*

*§ 2.º A atualização dos dados deverá ser feita até o dia 10 do mês subsequente ao trânsito em julgado de condenações ou à constatação de cumprimento de alguma das obrigações pelos condenados.*

*(...)*

*Art. 5.º O Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa terá exposição permanente através da Internet, em setor próprio da página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça, com livre acesso, à exceção dos dados pessoais dos inscritos.*

*(...)*

*Art. 7.º Às Corregedorias dos Tribunais caberá zelar pela veracidade e integralidade das informações decorrentes das condenações proferidas no âmbito de seu tribunal, inclusive as anteriores à data de início da vigência desta resolução.*

*Parágrafo único. A administração do cadastro de magistrados e servidores dos tribunais competirá à respectiva corregedoria, que terá acesso a relatórios administrativos de controle.*

Art. 2.º Ficam revogados os §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 7.º da Resolução n.º 44/2007.

Art. 3.º A Secretaria Processual do Conselho Nacional de Justiça republicará a Resolução 44/2007 com a consolidação das alterações decorrentes da Resolução n.º 50/2008 e do presente ato.

Art. 4.º O Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça adotará as providências necessárias para o acesso público ao cadastro nacional de condenados por Ato de Improbidade Administrativa de que trata o art. 5.º da Resolução, após a republicação de que trata o artigo anterior.

Art. 5.º Este ato entra em vigor na data da republicação de que trata o art. 3.º.

Ministro **GILMAR MENDES**

Presidente





## *Conselho Nacional de Justiça*

### **RESOLUÇÃO Nº 44, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007.**

Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativo no âmbito do Poder Judiciário Nacional.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e

CONSIDERANDO as funções atribuídas ao CNJ pelo artigo 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO garantir a Constituição Federal o acesso do cidadão às informações detidas pelo Estado;

CONSIDERANDO que a sentença definitiva proferida em ações de improbidade administrativa pode constituir informação importante para as decisões dos gestores públicos;

CONSIDERANDO reger-se a Administração Pública pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência e ser a publicidade de seus atos obrigatória;

CONSIDERANDO que as informações do Poder Judiciário sobre as ações de improbidade administrativa são raramente reunidas e usualmente tratadas de



## *Conselho Nacional de Justiça*

forma compartimentada no âmbito de cada unidade da federação - sendo, portanto, necessária integração e compartilhamento;

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Instituir o Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa - CNCIA, que reunirá as informações do Poder Judiciário sobre pessoas físicas e jurídicas definitivamente condenadas por atos de improbidade administrativa no Brasil, nos termos da Lei 8.429/92.

Art. 2º <sup>1</sup> A supervisão do Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa compete ao Conselho Nacional de Justiça e a gestão do banco de dados à Corregedoria Nacional de Justiça.

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

Parágrafo único. <sup>1</sup> A Corregedoria Nacional de Justiça exercerá o acompanhamento administrativo do cumprimento da presente Resolução, com o auxílio das corregedorias locais.

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

Art. 3º O Juízo responsável pela execução das sentenças condenatórias das ações de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, de 02 de junho de 1992, fornecerá ao Conselho Nacional de Justiça, por meio eletrônico, as informações necessárias sobre os processos já transitados em julgados.

§ 1º <sup>1</sup> O cadastro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



## *Conselho Nacional de Justiça*

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

I - qualificação do condenado;

II <sup>1</sup> - dados processuais relevantes;

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

III - informações sobre perda da função pública e suspensão dos direitos políticos;

IV - informação sobre a aplicação de multa civil;

V - informações sobre pessoas físicas e jurídicas proibidas de contratar e receber incentivos fiscais e creditícios do Poder Público;

§ 2º <sup>1</sup> A atualização dos dados deverá ser feita até o dia 10 do mês subsequente ao trânsito em julgado de condenações ou à constatação de cumprimento de alguma das obrigações pelos condenados. (\*\*)

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

Art. 4º <sup>1</sup> A inclusão, alteração e exclusão de dados no sistema, decorrentes do artigo 3º desta Resolução, serão de responsabilidade do juízo de execução da sentença condenatória das ações de improbidade administrativa. (\*)

<sup>1</sup> Redação dada pela Resolução 50, de 25 de março de 2008.





## *Conselho Nacional de Justiça*

Art. 5º <sup>1</sup> O Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa terá exposição permanente através da Internet, em setor próprio da página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça, com livre acesso, à exceção dos dados pessoais dos inscritos.

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça poderá celebrar convênios com órgãos públicos, com o fim de permitir o repasse contínuo de dados ao Cadastro Nacional de Condenados por ato de Improbidade Administrativa.

Art. 7º <sup>1</sup> Às Corregedorias dos Tribunais caberá zelar pela veracidade e integralidade das informações decorrentes das condenações proferidas no âmbito de seu tribunal, inclusive as anteriores à data de início da vigência desta resolução.

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

Parágrafo único. <sup>1</sup> A administração do cadastro de magistrados e servidores dos tribunais competirá à respectiva corregedoria, que terá acesso a relatórios administrativos de controle.

<sup>1</sup> Redação dada pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, na 98ª Sessão Ordinária, de 10 de fevereiro de 2010, no julgamento do processo Ato Normativo 0000826-07.2010.2.00.0000.

Art. 8º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministra Ellen Gracie  
Presidente